

ÁFRICA AUSTRAL: PELA LIBERTAÇÃO ECONÓMICA

África Austral: Pela Libertação Económica, é o significativo título do documento assinado a 1 de Abril de 1980 em Lusaka por representantes dos Estados independentes da região. Nele os países signatários comprometem-se a trabalhar harmoniosamente por forma a integrar as suas economias e diminuir gradualmente a sua dependência, em especial da África do Sul, mas também de qualquer outro centro imperialista. Os objectivos principais expressos são o desenvolvimento económico acelerado e a auto-suficiência regional.

O documento culminou assim esforços que começaram a ser desenvolvidos a partir de uma reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados da Linha da Frente, efectuada no Botswana em princípios de 1979. Tendo concordado numa política de cooperação regional, os participantes desenvolveram depois um trabalho de elaboração de programas práticos necessários para transformar aquele desejo em realidade. Assim se realizou em Julho do mesmo ano, em Arusha, a primeira reunião da **Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC 1)**. Nela estiveram também presentes convidados da comunidade internacional, tendo sido apresentados estudos nas diversas áreas possíveis de cooperação regional.

Finalmente, em Abril de 1980, teve lugar a **Conferência-Cimeira da SADCC**, em que aos Estados da Linha da Frente

se vieram juntar, no projecto, os representantes do Lesotho, Malawi e Suazilândia. Embora o encontro se tivesse realizado algumas semanas antes da Independência do Zimbabwe, o Primeiro-Ministro Robert Mugabe assinou também a Declaração, assinalando assim o firme apoio que a SADCC receberia do seu governo. A **Conferência Ministerial da SADCC**, aliás, realizar-se-ia cinco meses depois em Salisbúria, então já capital do Zimbabwe independente. Assim, quando recentemente se efectivou em Maputo a **SADCC 2**, destinada a fazer apelo a possíveis investidores e doadores da comunidade internacional, que num espírito de cooperação quisessem apoiar os programas concretos da Conferência, praticamente todos os Estados da África Austral nela estavam efectivamente representados. Um poderoso bloco económico em potencial, com uma população agregada de 60 milhões, vivendo em 5 milhões de quilómetros quadrados de território e com um produto doméstico bruto da ordem dos 20 biliões de dólares.

Cientes da importância histórica desta iniciativa, passamos a transcrever, na íntegra, a **Declaração de Lusaka**, que pode ser considerada como a pedra basilar em que assenta uma estratégia de desenvolvimento radicalmente nova nesta região do Continente africano.

Assinada na altura pelos Presidentes de Angola, Botswana, Moçambique, Tanzania e Zâmbia respectivamente, José Eduardo dos Santos, Seretse Khama, Samora Moisés Machel, Julius Nyerere e Kenneth Kaunda; pelos Primeiros-Ministros da Suazilândia e Zimbabwe, respectivamente, Mabandla Dlamini e Robert Gabriel Mugabe; pelo Ministro do Comércio, Indústria, Turismo e Trabalho do Reino do Lesotho, Mooki Molapo e pelo Ministro da Educação do Malawi, Dick Tennyson Matemje, o documento é do seguinte teor:

ÁFRICA AUSTRAL: PELA LIBERTAÇÃO ECONÓMICA

Declaração dos Governos de Estados Independentes da África Austral feita em Lusaka a 1 de Abril de 1980

Nós, os abaixo assinados, na qualidade de Chefes de Estado e Governo de países independentes da África Austral, oferecemos esta declaração aos nossos povos, aos povos dos vários países interessados em promover o bem-estar do povo, a Justiça e a Paz na África Austral e às agências internacionais que partilham este interesse. Nela nós afirmamos o nosso engajamento em prosseguir os objectivos políticos de libertação econó-

mica e desenvolvimento integrado das nossas economias nacionais e apelamos a todos os interessados em apoiar-nos neste grande empreendimento.

A Situação da Dependência no Contexto Global

A África Austral depende da República da África do Sul como um centro fulcral de transportes e comunicações, um exportador de bens e serviços e um importador de bens e mão-de-obra barata. Esta dependência não é um fenómeno natural nem o simples resultado de uma economia de mercado livre.

Os nove Estados e um território ocupado da África Austral (Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) foram deliberadamente incorporados em diversos graus pelas metrópoles, potências coloniais e subcoloniais centrados, de uma maneira geral, na República da África do Sul.

Na sua estratégia de integração económica não foram considerados o desenvolvimento das economias nacionais como unidades equilibradas e ainda menos o bem-estar do povo.

Portanto, não surpreende que a África Austral esteja fragmentada, fortemente explorada e sujeita a manipulações económicas do exterior. O desenvolvimento futuro deve ter como objectivo a redução da dependência económica não só da República da África do Sul, mas também de qualquer outro país ou grupo de países.

Libertação: Política e Económica

Embora a luta pela genuína independência política tenha avançado e continue a avançar, no entanto ela ainda não está completa.

Nós, Estados e Governos de Países independentes da África Austral, reconhecemos as nossas responsabilidades, não só como nações individuais mas também como grupo de países africanos vizinhos, em apoiar a concretização vitoriosa da nossa luta

A nossa tarefa urgente é incluir a libertação económica nos nossos programas e prioridades

No interesse dos povos dos nossos países é necessário libertar as nossa economias da sua dependência da República da África do Sul para ultrapassarmos a fragmentação imposta e coordenar os nossos esforços rumo ao desenvolvimento económico nacional e regional.

Isto será tão válido para a Namíbia como é já agora para todos os Estados independentes da região.

A África Austral é um ponto fulcral de conflito. Como poderia ser de outra maneira se um regime racista mantém a Namíbia sob ocupação militar, explora ferozmente o povo e as economias dos Estados independentes e é o principal obstáculo ao nosso desenvolvimento nacional? Não é o problema da libertação, mas o racismo enraizado, a exploração e opressão que são a causa do conflito na África Austral. O que está por detrás disto é, em larga medida, o poder económico. A libertação económica é, por isso, tão vital como a libertação política.

Nós, países independentes da África Austral, não consideramos esta coordenação económica regional como limitada. A iniciativa para a libertação económica provém da nossa experiência de acção conjunta para a libertação política. Nós concebemos a coordenação regional aberta a todos os Estados genuinamente independentes da África Austral.

Com este espírito, nós apelamos aos Governos, às Instituições Internacionais e organizações voluntárias para darem prioridade ao aumento de recursos financeiros a fim de apoiar os esforços da África Austral rumo à libertação económica e um desenvolvimento económico independente. Nós acreditamos que este seja o caminho para uma genuína interdependência e representa a melhor esperança dum futuro justo e cooperativo para toda esta região.

Objectivos de Desenvolvimento

Os objectivos de desenvolvimento que nos propomos atingir através de uma acção coordenada são:

1. a redução da dependência económica, particularmente da República da África do Sul, mas não só;
2. o estabelecimento de vínculos que criem uma interacção genuína e equitativa da região;
3. a mobilização de recursos para promover a implementação de políticas nacionais, interestatais e regionais;
4. a acção concertada para garantir a cooperação internacional no quadro da nossa estratégia para a libertação económica.

Estratégias e Prioridades

Nós identificamos áreas nas quais, trabalhando em harmonia, podemos canalizar o desenvolvimento nacional para fornecer mercadorias e serviços actualmente vindos da África do Sul

e tecermos a rede da cooperação regional e do desenvolvimento.

A chave para esta estratégia são as comunicações

A dominação da República da África do Sul tem sido cada vez mais esforçada pelo seu sistema de transportes. Sem o estabelecimento de um sistema regional adequado de transportes e comunicações, outras áreas de cooperação tornam-se impraticáveis. A libertação económica da Namíbia, que se seguirá à sua genuína independência política exigirá a criação e o funcionamento de ligações adequadas de transportes e comunicações com os seus aliados naturais a fim de substituir as ligações artificiais que actualmente a vinculam à República da África do Sul.

Por isso nós criaremos uma comissão de transportes e comunicações da África Austral para coordenar a utilização dos sistemas existentes e a planificação e financiamento de serviços adicionais na região. Os portos de Moçambique servem quatro Estados na região e com a independência genuína do Zimbabwe podem ser desenvolvidos para servir mais dois. A Zâmbia utiliza os serviços de transportes em cinco Estados da região. O desenvolvimento dos portos moçambicanos, tanzanianos e angolanos e a coordenação mais eficaz de serviços para responder às necessidades dos Estados encravados são necessariamente matéria de âmbito regional.

Os transportes e comunicações serão ponto fulcral de acção regional.

É crucial a coordenação dos serviços de transportes para satisfazer as necessidades dos países encravados. Com a genuína independência do Zimbabwe urge restaurar as vias de transporte que o ligam ao Oceano Índico através de Moçambique. Outras áreas em que uma acção coordenada será necessária influem: novos importantes projectos tais como uma possível linha férrea Botswana através da Namíbia para o Oceano Atlântico criando conseqüentemente uma via alternativa para o mar, para o Botswana, Zâmbia e Zimbabwe; a coordenação dos horários das linhas aéreas, com o objectivo de que o tráfego dentro da região seja praticável; o estudo dos existentes e reforço de sistemas de microndas e de comunicações terrestres e via satélite para permitir identificar o modo como podem ser interligados possivelmente através da estação de Rift Vale.

A comissão terá sede em Maputo e será apoiada por um pequeno corpo técnico. Coordenará as ligações de transporte e comunicações entre os Estados participantes. A comissão

procurará assegurar a participação de todos os Estados genuinamente independentes na África Austral. Por outro lado, e em antecipação a uma genuína independência, será concedido o estatuto de observador em muitos campos, e designadamente no domínio dos transportes, aos movimentos de libertação que desejem participar. Do mesmo modo, no que respeita ao desenvolvimento de mão-de-obra e investigação, o envolvimento dos movimentos de libertação é essencial para reunir os conhecimentos e para formar o pessoal necessário logo que seja alcançada a libertação política.

A coordenação regional deve ser operativa. Ela deve resultar em programas e projectos concretos.

Isto exigirá financiamentos, não só internos como externos. As estimativas actuais, por exemplo, mostram que mais de 1,5 biliões de dólares norte-americanos serão necessários para financiar projectos urgentes de transportes e comunicações na próxima década.

Nós salientamos a importância de recursos adicionais que devem ser postos à disposição para apoiar os esforços da coordenação dos projectos de desenvolvimento económico regional. Em primeiro lugar, nós pretendemos utilizar a Comissão Regional de Transporte e Comunicações para em conjunto com as agências financiadoras existentes, bilaterais e multilaterais, mobilizar fundos para projectos urgentes em sectores prioritários, organizando conferências «ad hoc» de doadores.

A medida que a cooperação económica se desenvolve, será criado um fundo para o desenvolvimento da África Austral e será iniciada a investigação tendo em vista este objectivo. Subsequentemente seu âmbito será alargado, podendo-se justificar a necessidade de criação de um banco de desenvolvimento regional autónomo. Por isso, nós apelamos aos amigos da África Austral que assegurem o apoio financeiro para esse fundo.

ACÇÕES CONCERTADAS

A cooperação regional, no campo dos transportes e comunicações, é vista como crucial para a libertação económica e por isso já lhe foi dada maior atenção. Noutros sectores estão previstos programas semelhantes de acção concertada.

Para o desenvolvimento do comércio, reconhecemos que muitos de nós têm já acordos comerciais e aduaneiros a nível multilateral e bilateral. Mas mesmo dentro destas limitações, acreditamos haver possibilidades de aumentar substancialmente o comércio entre nós. Com este fim, os sistemas de pagamento e instrumentos alfandegários existentes serão estudados a fim

de criarmos um sistema de comércio baseado em metas anuais negociadas bilateralmente e em listas de produtos.

A maioria dos povos da África Austral são dependentes da agricultura e produção animal.

A sua cultura e sobrevivência está ameaçada pela degradação do meio ambiente e em particular pela erosão do solo, assim como a ocorrência de secas cíclicas. Masmo hoje em dia, poucos Estados da região são auto-suficientes em alimentação básica. Tanto a protecção do ambiente, como a segurança alimentar constituem o maior desafio, quer ao nível nacional quer regional.

Por isso, nós apelamos ao Centro Internacional para a Investigação Agrícola nos Trópicos Semiáridos (ICRAST) para criar um centro regional para a África Austral no Botswana.

Apelamos ainda ao desenvolvimento dos serviços existentes no Botswana para a produção da vacina contra a febre aftosa, que satisfaça as necessidades dos países independentes da África Austral.

A propagação desta doença ameaça actualmente Angola, Botswana, Namíbia, Zimbabwe, Suazilândia e Moçambique. É urgentemente necessária uma acção coordenada para o seu contróle e eliminação.

Do mesmo modo, nós realizamos projectos concertados com vista a explorar os recursos naturais particularmente os que respeitam às bacias hidrográficas comuns.

É urgente identificar os meios através dos quais a coordenação da pesquisa, formação, bem como a troca de informações possam reforçar os programas de protecção do nosso meio-ambiente e aumentar a produção alimentar. No campo da segurança alimentar a possibilidade de coordenação das políticas de reservas nacionais e a facilidade de trocas inter-Estados será alvo de atenção prioritária.

Decidimos dar especial atenção à utilização em conjunto das instituições de formação e de investigação. Nós decidimos ainda estimular a troca de informação tendo como objectivo a concretização de uma política concertada no domínio das minas, energia, indústria e agricultura. Em particular, e a fim de se alcançarem soluções regionais devem ser empreendidas consultas, por um lado entre Estados que necessitem de produtos derivados de petróleo e de electricidade, e por outro aqueles que dispõem de capacidade de refinação de petróleo e excesso de electricidade.

O esforço para o desenvolvimento económico é uma condição essencial para libertar os Estados da África Austral do sistema explorador do trabalho migratório.

Cooperação externa

Nós estamos engajados numa estratégia de libertação económica. É uma estratégia que nós acreditamos que necessita e merece o apoio internacional. O desenvolvimento regional da África Austral deve ser definido e implementado pelos povos da África Austral. Contudo ele será alcançado mais rapidamente e será mais eficaz se o seu desenvolvimento se processar no contexto da cooperação global.

Os organismos interessados e os países fora da África Austral são desta forma convidados a cooperar na implementação de programas que tenham como objectivo a libertação económica e desenvolvimento da região.

Esta identificação preliminar de objectivos, estratégias e sectores ilustram a magnitude da tarefa que se nos depara e algumas das enormes áreas em que a assistência exterior será bem recebida.

Prevê-se que reuniões de coordenação do desenvolvimento na África Austral, em que participem os Estados membros e outros convidados devem realizar-se anualmente. Isto irá permitir um mecanismo de inventariação de resultados, avaliação de realizações, identificação dos pontos fortes e das fraquezas, permitindo também acordar em planos futuros. A libertação económica e o desenvolvimento na África Austral não podem ser alcançados nem fácil, nem rapidamente. O que é necessário é pois uma permanente cooperação.

Nós consideramos esta declaração, como uma declaração de engajamento e de estratégia. O subdesenvolvimento, a exploração, crise e conflitos na África Austral serão eliminados através da libertação económica.

O bem-estar dos povos da África Austral e o desenvolvimento das suas economias exigem a acção regional coordenada. Acreditamos que no interesse do bem-estar dos povos, Justiça e Paz, nós na África Austral temos o direito de solicitar e receber efectiva cooperação internacional na nossa luta para a reconstrução, desenvolvimento e genuína independência. Contudo, tal como na luta para a libertação política, a luta para a libertação económica não é um mero «slogan» para atrair apoio externo nem um programa de acção do qual possamos ser desviados pela indiferença exterior.

A dignidade e o bem-estar dos povos da África Austral exigem a libertação económica e nós lutaremos para atingir esse objectivo.

Esta declaração é feita em dez originais igualmente válidos, sendo oito na língua inglesa e dois na língua portuguesa.